



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**21/10/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	3
2.2. DECISÕES.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	6 - 10
3.2. VARA CRIMINAL.....	11
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	12 - 13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	14
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	15
6.2. VARA CRIMINAL.....	16
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	17
7.2. DECISÕES.....	18 - 19
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	20
8.2. DECISÕES.....	21 - 24
8.3. VARA CÍVEL.....	25 - 26



## Anajatuba: PF prende prefeito, secretários e empresários por desvio de verba

A Polícia Federal iniciou na manhã de ontem (20) uma operação para cumprir oito mandados de prisão, um de condução coercitiva e três mandados de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão em São Luís e Anajatuba (MA). **PÁGINA 3**

**Prefeito de Anajatuba, Helder Lopes Aragão**

 ANAJATUBA

# PF prende prefeito, secretários e empresários por desvio de verba

A Polícia Federal iniciou na manhã de ontem (20) uma operação para cumprir oito mandados de prisão, um de condução coercitiva e três mandados de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão em São Luís e Anajatuba (MA). Entre os detidos, está Helder Lopes Aragão (Prefeito de Anajatuba), Fabiano de Carvalho Bezerra (proprietário da empresa A4), Natasha Alves (ex-mulher de Fabiano Bezerra), Antônio José Fernando Júnior Batista Vieira, Professora Halida Maria de Sousa (secretária de Educação de Anajatuba), Ednilson dos Santos Dutra (Secretário de Administração de Anajatuba), José Antônio Machado de Brito filho e Matilde Sodrê Coqueiro.

Todos foram levados para a sede da Superintendência Regional da PF, no bairro da Cohama, em São Luís (MA).

A Operação Attalea é resultado de um trabalho conjunto da PF com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e Controladoria-Geral da União (CGU). O inquérito foi instaurado em julho de 2014. Em novembro

do mesmo ano, o caso foi destaque na primeira reportagem do quadro 'Cadê o dinheiro que estava aqui?', do 'Fantástico', da TV Globo. O repórter Eduardo Faustini mostrou que, em 2013, quatro empresas contratadas pela prefeitura do município – de 25,2 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizado a 130 km de distância da capital – receberam juntas R\$ 9 milhões. O dinheiro foi desviado, e quem descobriu a falcetria foi o vice-prefeito, Sydney Costa Pereira.

O objetivo da operação era desarticular a quadrilha que atuava fraudando processos licitatórios e desviando recursos públicos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A PF também investiga fraudes no Educacenso (banco de dados do Ministério da Educação e Cultura), utilizando-se a organização criminosa do cadastro do programa Bolsa-Família, do governo federal, na tentativa de aumentar o número de

alunos matriculados nas escolas e, conseqüentemente, os repasses do Fundeb e do FNDE ao município.

De acordo com a PF, os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recurso públicos (Art. 1º do DL 201/67), organização criminosa, fraude em licitações (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, dentro outros crimes, na medida de sua participação.

## AFASTAMENTO

Em julho deste ano, a Promotoria de Justiça de Anajatuba ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa pedindo o afastamento liminar e a perda do cargo contra o prefeito Helder Aragão (PMDB), acusado de desviar R\$ 13.914,048,02 dos cofres públicos por meio de fraudes em licitações e contratos.

No mês de agosto de 2015, uma decisão liminar da juíza Mirella Cezar Freitas determina o afastamento imediato, por 180 dias, do prefeito de Anajatuba por suposto ato de improbidade administrativa, como resultado da ação civil pública

interposta pela Promotoria da Comarca de Anajatuba.

Em pouco mais de 10 dias, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu a decisão da juíza Mirella Cezar Freitas de afastar por 180 dias o prefeito. O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho determinou o retorno imediato à prefeitura por entender que a permanência do gestor no cargo não prejudica a investigação do caso.

## ESQUEMA

De acordo com o MP-MA, há indícios que as empresas que seriam de 'fachada', entre elas a A4 Entretenimento, M.R. Comércio e Serviços, Vieira e Bezerra Ltda. e a Construtora Construir. Segundo a ação civil pública, não foram obedecidos dispositivos legais para realização das licitações.

Para atingir o objetivo, esclarece o MP-MA, o grupo montou dois núcleos de atuação. Uma das empresas vencedoras teria sido criada 17 dias antes de vencer a concorrência pública para administrar uma verba de R\$ 865 mil da prefeitura.

## == CASO ALMIR NETO ==

# Acusados de homicídio serão julgados hoje

Nesta quarta-feira (21), vão a júri popular os réus José Othon Gonçalves Sobrinho e Norman Gonçalves de Sá, acusados de participação na morte do advogado Almir Silva Neto. A acusação que pesa sobre os réus é a de prática de homicídio triplamente qualificado. A perícia inicial constatou como causas da morte uma perfuração no abdômen e carbonização. A sessão será presidida pelo juiz Antônio Elias Queiroga Filho, titular da 1ª Vara de Barra do Corda.

Sobre o caso em questão, consta na denúncia do Ministério Público que polícia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias que levaram a morte do advogado Almir Silva Neto, cujo corpo foi encontrado carbonizado pela ação do fogo no inte-

rior de seu veículo FIAT UNO, cor vermelha, placa HQB, por volta das 23 horas do dia 22 de dezembro de 2008, nas imediações da localidade conhecida como "Baixão da Pedra", no leito da BR 226, próximo ao Bairro Altamira, em Barra do Corda.

Com as informações obtidas nas investigações, a polícia encaminhou à Justiça em Barra do Corda uma representação pela prisão preventiva, a qual tinha como representados Norman Gonçalves de Sá, José Vieira da Cruz, vulgo 'Mansidão', e Nilton Rosa Wueiz, sustentando que os representados Mansidão e Nilton teriam executado Almir Silva Neto, a mando do empresário Norman Gonçalves de Sá. O motivo seria um possível caso en-

tre Almir e Dinorá Cristina Falcão, esposa do mandante Norman.

Além dos citados, o Ministério Público ofereceu denúncia inicialmente contra Nilton Rosa, Rodrigo Bezerra Lima Nunes, Maria Anselma de Sousa da Silva, José Ton Gonçalves Sobrinho, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática de homicídio triplamente qualificado, tipificado no Art. 121, § 2º, I (motivo torpe), II (com emprego de fogo) e IV (mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido) c/c Art. 29 do código penal.

Após a conclusão do inquérito policial e devido encaminhamento dos autos, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Norma Gonçalves de Sá, José Vieira Cruz, Nilton da Rosa Weiz, Othon Gonçalves, Rodrigo Bezerra Lima

e Maria Anselma de Sousa. Posteriormente, após novas investigações, foram inclusos definitivamente como acusados no crime Norman Gonçalves de Sá, José Othon Gonçalves de Lima, José Vieira Cruz, o "Mansidão, e ainda Elaine Cristina Gonçalves de Lima, que teria servido de isca na emboscada preparada para Almir.

Foram excluídos da ação penal Nilton da Rosa Weiz, Rodrigo Bezerra Lima Nunes e Maria Anselma de Sousa. José Vieira da Cruz e Elaine foram julgados em 2013, sendo condenados à pena de 20 anos de reclusão cada um.

O julgamento dos citados José Othon e Norman Gonçalves será às oito horas da manhã desta quarta-feira (21), na Câmara de Vereadores de Barra do Corda.

# **ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DESVIOU R\$ 15 MI EM ANAJATUBA**

PAG. 3

# Organização criminosa desviou R\$ 15 milhões em Anajatuba, diz PF

O delegado da Polícia Federal Ronildo Lages e o promotor Marco Aurélio Castro confirmaram, em entrevista coletiva concedida ontem, que os desvios de verbas da organização criminosa desarticulada pela Operação Attalea, que prendeu o prefeito Helder Aragão (PMDB) e outros sete envolvidos, chegam a R\$ 15 milhões somente em Anajatuba, Maranhão.

Do montante, R\$ 8 milhões são referentes a verbas federais e, R\$ 7 milhões, a verbas estaduais. A PF aponta as empresas A4 Entretenimento; Construtora Construir; M.R. Comércio e Serviços; e Vieira e Bezerra LTDA, dos empresários Fabiano de Carvalho Bezerra e Antônio José Fernando Júnior Batista Vieira, como parte do núcleo empresarial do esquema. O núcleo político é formado pelo prefeito, secretários e servidores municipais.

Estão confirmadas as prisões do prefeito Helder Aragão; do vereador e secretário municipal de Administração, Edmilson dos Santos Dutra; da integrante da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Matilde Sodrê Coqueiro; do empresário Antônio José Fernando Júnior Batista Vieira; do empresário Fabiano de Carvalho Bezerra; e da ex-esposa dele Natascha Alves Lesch.

Ontem, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva e dois de prisão temporária, uma condução coercitiva e outras três medidas cautelares (afastamento da função pública, proibição de frequentar a prefeitura, de conversar com



Coletiva de imprensa da Polícia Federal

outros investigados e de ausentar-se Comarca de Anajatuba).

Foi cumprido mandado de condução coercitiva contra o contador Francisco Marcone Pereira Machado (ele foi detido, prestou depoimento e foi liberado).

O vice-prefeito Sydnei Costa Pereira (PMDB) denunciou o esquema ao quadro "Cadê o dinheiro que tava aqui?", do Fantástico. De acordo com o promotor Marco Aurélio Castro, ele teria revelado o esquema a órgãos de controle e firmado acordo de colaboração premiada.

**Teia de corrupção** - A PF e o MP confirmaram também que foram apreendidos documentos que revelam a contabilidade da organização e nomes de outras empresas envolvidas. As investigações apontam que a organização criminosa já desviou, entre recursos estaduais e federais, pelo menos R\$ 59 milhões, em uma teia de corrupção que engloba 72 pre-

feituras do Maranhão.

Esquema - De acordo com a PF e o MP, há provas de que esquema começava quando eram feitas fraudes no Educacenso (banco de dados do Ministério da Educação e Cultura) para aumentar o número de alunos matriculados nas escolas e, consequentemente, os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pna-te).

Depois, a prefeitura fraudava licitações e contratava as "empresas-fantasma" participantes do esquema, que não executavam os serviços ou os executavam parcialmente. Depois, os valores recebidos eram rateados entre os envolvidos.

Além disso, há provas de desvios de verbas referentes a supostas construções de estradas vicinais e reformas de

escolas. Os laudos criminais apontam que a organização criminosa dava como feitas estradas e reformas que não haviam sido realizadas na prática. Em alguns casos, a quantidade de material utilizado nas obras era modificada.

**Operação Attalea**- A PF realizou a operação em São Luís e Anajatuba. Os presos foram levados para a sede da Superintendência Regional da PF, na capital maranhense, à exceção de Ednilson e Matilde, que foram levados para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A operação é resultado do trabalho conjunto da PF com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Maranhão (MPMA) e Controladoria-Geral da União (CGU). O inquérito teria sido instaurado em julho de 2014.

O caso foi destaque na primeira reportagem do quadro "Cadê o dinheiro que estava aqui?", do "Fantástico", da TV Globo, em novembro de 2014. O repórter Eduardo Faustini mostrou que, em 2013, quatro empresas contratadas pela prefeitura do município receberam juntas R\$ 9 milhões.

De acordo com a PF, os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recurso públicos (Art. 1º do DL 201/67), organização criminosa, fraude em licitações (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, dentro outros crimes, na medida de sua participação.

# Moradores ameaçam resistir a desocupação

Ocupantes de parte do Centro de Treinamento do Sampaio Corrêa, no Miritiua, podem ser despejados hoje, em ação de reintegração de posse

Famílias que ocupam parte do Centro de Treinamento do Sampaio Corrêa interditaram ontem duas vias na região, em protesto contra reintegração de posse de terreno que está prevista para hoje. Em agosto, uma tentativa de reintegração no mesmo terreno acabou em tragédia. Um jovem de 19 anos foi morto com um tiro na cabeça. Outro jovem foi atingido no joelho.

O protesto aconteceu na Avenida General Arthur Carvalho, no Miritiua, e na Rua da União, na Vila Luizão. Os manifestantes atearam fogo em galhos e pneus. Com as vias bloqueadas, os cole-

tivos que atendem à região tiveram de traçar um novo itinerário e demais veículos foram impedidos de passar, tendo que tomar vias alternativas.

A manifestação começou por volta das 5h e seguiu durante toda a manhã. Os moradores da área de invasão aguardavam uma resposta ou intervenção do Governo do Estado, no sentido de suspender a retirada das famílias do local em ação marcada para hoje, a partir das 6h. Mas até o fim da manhã eles não tiveram nenhum retorno.

Segundo a dona de casa Maria da Conceição de Jesus, uma das invasoras, a área abriga centenas

de famílias que não têm para onde ir, se forem efetivamente retiradas do local. A Justiça chegou a suspender a liminar que autorizava a reintegração de posse do terreno, mas a ação foi retomada. “A Justiça deu causa ganha para nós e, de repente, derrubou. Acho que eles erraram em fazer isso, mudar de ideia. Tem crianças e idosos morando aqui, que não tem como sobreviver se for retirado”, disse.

Apesar de ficarem surpresos com a decisão da retirada, os moradores ainda têm esperanças de permanecer no local. “Disseram que era para a gente ficar calmo que não iria acontecer nada. Ainda

Flora Dolores



Ocupantes de área interditaram ontem a Rua General Arthur Carvalho

## POSSE

### Área do terreno é de 20 hectares

Conforme a decisão da magistrada e com base no depoimento do presidente do Sampaio Corrêa, Sérgio Frota, a área total do terreno é de 20 hectares. Ainda segundo ele, da área total e por cessão indireta, pelo menos 6 hectares do terreno pertencem ao clube, com contrato firmado em 2010.

temos fé que não vai acontecer nada amanhã [hoje]. Tenho mulher e dois filhos e não tenho para onde levar eles se vierem tirar a gente”, afirmou o ajudante de pedreiro Francisco Brasileiro Souza.

#### Vítimas

A invasão de parte do Centro de Treinamento do Sampaio Corrêa

já rendeu vários episódios, sendo um de tragédia. Em cumprimento a decisão judicial, no dia 13 de agosto, a Polícia Militar do Maranhão (PM) deflagrou uma operação para retirada dos moradores do terreno do Miritiua.

A primeira tentativa de reintegração de posse do terreno terminou na morte de Fagner Barros

dos Santos, de 19 anos. A ação teve ainda outras vítimas, com ferimentos. Cerca de duas semanas antes do episódio, um grupo de pessoas interditou a Avenida General Arthur Carvalho querendo ocupar uma área de matagal nos fundos do CT do Sampaio Corrêa. Eles alegavam que a área estava abandonada por anos. ●

# PF desarticula esquema que desviou R\$ 15 milhões no município de Anajatuba

Segundo o MPMA, que também participou das investigações - ao lado do MPF e da CGU -, em todo o Maranhão desvios chegam a R\$ 60 milhões

GILBERTO LÉDA  
Da editoria de Política

**A** Polícia Federal prendeu ontem o prefeito de Anajatuba, Hélder Araújo (PMDB), e mais sete pessoas - entre empresários e funcionários públicos -, acusados de desviar pelo menos R\$ 15 milhões dos cofres municipais.

As prisões foram efetuadas no bojo da Operação Attalea, desencadeada pela PF, em parceria com o Ministério Público Federal e o do Maranhão e com a Controladoria-Geral da União (CGU), após autorização do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As investigações que culminaram com as prisões tiveram início em setembro de 2014, após denúncia do vice-prefeito de Anajatuba, Sydney Costa Pereira (PSL).  
No dia 9 de outubro, ao julgar



Representantes da Polícia Federal no Maranhão falam à imprensa sobre a operação que prendeu os acusados

denúncia do MPMA - que já o acusava de participar de uma organização criminosa que fraudava

### Recurso desviado seria usado em reforma de escolas

### Grupo fraudava licitações e desviava recursos

licitações e desviava recursos públicos do município -, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça havia decidido afastar Hélder Aragão do cargo, mas negara a concessão da prisão preventiva.

O compartilhamento de provas com a Justiça Federal, no entanto, permitiu a expedição dos mandados cumpridos ontem pelos policiais federais.

#### Esquema

Segundo a PF, a organização criminosa comandada pelo prefeito de Anajatuba fraudava processos licitatórios e desviava recursos públicos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por

meio da contratação de "empresas de fachada".

"Instalou-se no município de Anajatuba uma organização criminosa que envolvia desde o prefeito, secretários municipais, membros da comissão de licitação, até empresários que utilizavam sócios-laranjas e empresas de fachada para desviar dinheiro público e, posteriormente, lavar como lícito e distribuir aos membros da organização criminosa", relatou o delegado Ronildo Lages, chefe da operação policial.

#### Bom Jardim

Os recursos desviados deveriam ser aplicados, principalmente na reforma de escolas e no transporte escolar. Conforme apontou o promotor Marco Aurélio Rodrigues, do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, o esquema era parecido com o recentemente desbaratado em Bom Jardim - município onde pelo menos uma das empresas denunciadas em Anajatuba, a A4 Serviços e Entretenimento, também atuava e já foi denunciada pelo MPMA.

As outras empresas apontadas como partícipes do crime são a M.R. Comércio e Serviços, a Vieira e Bezerra LTDA e a Construtora Construir.

#### CRIMES

### Acusados terão várias acusações

Os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recursos, organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, e outros crimes.

#### NÚMEROS

**R\$ 15**  
milhões foram desviados só em Anajatuba

**R\$ 60**  
milhões foram desviados pelo esquema em todo o Maranhão

## Esquema fraudou dados do Censo Escolar do MEC

As investigações da Polícia Federal apontam, também, para fraudes no Educacenso, banco de dados do Ministério da Educação.

Segundo o chefe de serviços da Controladoria-Geral da União no Maranhão, Sérgio Thibau Junqueira, a organização criminosa utilizou-se de dados do cadastro do Programa Bolsa Família, para de "inflar" o número de alunos supostamente matriculados nas escolas e, assim, garantir incremento nos repasses do Fundeb e do FNDE ao Município.

"Uma modalidade de fraude que aconteceu em Anajatuba foi a fraude no Censo Escolar. Eles inflaram o número de estudantes que existiam no

Município e, com isso, conseguiram um aumento do repasse de todas as verbas da Educação", declarou,

De acordo com o membro da CGU, diversos programas federais usam o censo Escolar como base para definir o quantitativo dos repasses, o que motivou a quadrilha a fraudar o banco de dados em Anajatuba.

"Há diversos programas federais que se baseiam nos dados do Censo Escolar para repassar essas verbas. Então, inflando o censo, você aumenta os recursos do Fundeb, da merenda escolar, do transporte escolar, tudo o que é ligado à educação. ●

# Desvios podem chegar a mais de R\$ 60 milhões em todo o Maranhão

Esquema atingiu pelo menos outros 30 municípios maranhenses, cujas prefeituras atuavam na mesma modalidade dos crimes de Anajatuba

O promotor Marco Aurélio Rodrigues, do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, afirmou que, além dos R\$ 15 milhões desviados em Anajatuba, as empresas integrantes do esquema comandado pelo prefeito Hélder Aragão (PMDB) "garfaram" mais R\$ 45 milhões em pelo menos outros trinta municípios onde atuavam na mesma modalidade de crime.

"Essas quatro empresas, atuando em diversos municípios do Maranhão, desviaram mais de R\$ 60 milhões", afirmou.

Segundo ele, o valor pode até ser maior, uma vez que os números já divulgados correspondem apenas a dados obtidos a partir da consulta a fontes oficiais e abertas.



Biné Moraes

Delegado responsável pela operação carrega documentos com provas

"São dados que nós conseguimos em fontes abertas, nos contratos confirmados, que estão publicados", completou.

## Novas operações

Em coletiva de imprensa na sede da Superintendência da Polícia Federal

no Maranhão, o representante do MP adiantou, ainda, que novas operações nos demais municípios de atuação da quadrilha devem ser realizadas a partir das informações já colhidas ao longo da investigação em Anajatuba.

"O material apreendido vem re-

“Essa etapa tem um significado importante, por dar uma resposta maior à sociedade, que era o que todos esperavam, diante do que se apresentava”

**RONILDO LAGES**  
Delegado da Polícia Federal

velando a atuação desse grupo empresarial, que a gente denomina de núcleo empresarial da organização criminosa, e revela todo um esquema de corrupção. Nós conseguimos apreender toda a contabilidade da organização criminosa. As novas fases, as diversas outras operações, iremos desencadear em momentos oportunos", completou.

Segundo Rodrigues, o objetivo é "continuar a análise da documentação e buscar retornar esse dinheiro que foi desviado". ●

 **VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL**

[oestadoma.com.br](http://oestadoma.com.br)

# Réus acusados de matar advogado vão a júri hoje

Crime ocorreu em dezembro de 2008, em Barra do Corda; vítima foi encontrada carbonizada

## BARRA DO CORDA

O juiz Antônio Elias Queiroga Filho, titular da 1ª Vara de Barra do Corda, presidirá hoje, uma sessão do Tribunal do Júri na comarca. No banco dos réus, os pronunciados José Othon Gonçalves Sobrinho e Norman Gonçalves de Sá, acusados de participação na morte do advogado Almir Silva Neto. A acusação que pesa sobre os réus é a de prática de homicídio triplamente qualificado. A perícia inicial constatou como causas da morte uma perfuração no abdômen e carbonização.

Sobre o caso em questão, consta na denúncia do Ministério Público que a polícia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias que levaram a morte do advogado Almir Silva Neto, cujo corpo foi encontrado carbonizado no interior de seu veículo, um Fiat Uno vermelho, por volta das 23 h do dia 22 de dezembro de 2008, nas imediações da localidade conhecida como "Baixão da Pedra", na BR-226, próximo ao bairro Altamira, em Barra do Corda.

Com as informações obtidas nas investigações, a polícia encaminhou à Justiça em Barra do Corda uma representação pela prisão preventiva contra Norman Gonçalves de Sá, José Vieira da Cruz, o *Mansidão*, e Nilton Rosa Wueiz, sustentando que *Mansidão* e Nilton teriam executado Almir Silva Neto, a mando do empresário Norman Gonçalves de Sá. O motivo seria um possível caso entre Almir e Dinorá Cristina Falcão, mulher do mandante.

### Qualificado

Além dos citados, o Ministério Público ofereceu denúncia inicialmente contra Nilton Rosa, Rodrigo Bezerra Lima Nunes, Maria An-

selma de Sousa da Silva e José Ton Gonçalves Sobrinho, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática de homicídio triplamente qualificado, tipificado no art. 121, § 2º, I (motivo torpe), II (com emprego de fogo) e IV (mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido) c/c art. 29 do Código Penal.

### Denúncia

Após a conclusão do inquérito policial e, devido a encaminhamento dos autos, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Norma Gonçalves de Sá, José Vieira Cruz, Nilton da Rosa Weiz, Othon Gon-

---

**Execução teria sido a mando de empresário**

---

**Mulher do mandante seria a causa do crime**

---

çalves, Rodrigo Bezerra Lima e Maria Anselma de Sousa. Posteriormente, após novas investigações, foram inclusos definitivamente como acusados no crime Norman Gonçalves de Sá, José Othon Gonçalves de Lima, José Vieira Cruz, o *Mansidão*, e ainda Elaine Cristina Gonçalves de Lima, que teria servido de isca na emboscada preparada para Almir.

Foram excluídos da ação penal Nilton da Rosa Weiz, Rodrigo Bezerra Lima Nunes e Maria Anselma de Sousa. José Vieira da Cruz e Elaine foram julgados em 2013 e condenados à pena de 20 anos de reclusão cada um. O julgamento dos citados José Othon e Norman Gonçalves será às 8h, na Câmara de Vereadores de Barra do Corda. ●

## ROMBO EM ANAJATUBA

# POLÍCIA FEDERAL PRENDE PREFEITO E SUA "PATOTA", SUSPEITOS POR DESVIO DE QUASE R\$ 50 MILHÕES

PÁGINA 3



PREFEITO HELDER ARAGÃO, DE ANAJATUBA, FOI PRESO NA MANHÃ DESTA TERÇA-FEIRA (20) PELA POLÍCIA FEDERAL

## PF prende prefeito de Anajatuba e sua 'patota' por desviar quase R\$ 50 milhões

O delegado da Polícia Federal Ronildo Lages e o promotor Marco Aurélio Castro confirmaram, em entrevista coletiva concedida nesta terça-feira (20), que os desvios de verbas da organização criminosa desarticulada pela Operação Atalea, que prendeu o prefeito Helder Aragão (PMDB) e outros sete envolvidos, chegam a R\$ 15 milhões somente em Anajatuba, Maranhão.

Do montante, R\$ 8 milhões são referentes a verbas federais e, R\$ 7 milhões, a verbas estaduais. A PF aponta as empresas A4 Entretenimento; Construtora Construir; M.R. Comércio e Serviços; e Vieira e Bezerra LTDA, dos empresários Fabiano de Carvalho Bezerra e Antônio José Fernando Júnior Bastista Vieira, como parte do núcleo empresarial do esquema. O núcleo político é formado pelo prefeito, secretários e servidores municipais.

Estão confirmadas as prisões do prefeito Helder Aragão; do vereador e secretário municipal de Administração, Edmilson dos Santos Dutra; da integrante da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Matilde Sodré Coqueiro; do empresário Antônio José Fernando Júnior Batista Vieira; do empresário Fabiano de Carvalho Bezerra; e da ex-esposa dele Natascha Alves Lesch.

Nesta terça-feira, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva e dois de prisão temporária, uma condução coercitiva e outras três medidas cautelares (afastamento

da função pública, proibição de frequentar a prefeitura, de conversar com outros investigados e de ausentar-se Comarca de Anajatuba).

Foi cumprido mandado de condução coercitiva contra o contador Francisco Marcone Pereira Machado (ele foi detido, prestou depoimento e foi liberado).

O vice-prefeito Sydnei Costa Pereira (PMDB) denunciou o esquema ao quadro "Cadê o dinheiro que tava aqui?", do Fantástico. De acordo com o promotor Marco Aurélio Castro, ele teria revelado o esquema a órgãos de controle e firmado acordo de colaboração premiada.

**TEIA DE CORRUPÇÃO** - A PF e o MP confirmaram também que foram apreendidos documentos que revelam a contabilidade da organização e nomes de outras empresas envolvidas. As investigações apontam que a organização criminosa já desviou, entre recursos estaduais e federais, pelo menos R\$ 59 milhões, em uma teia de corrupção que engloba 72 prefeituras do Maranhão.

**ESQUEMA** - De acordo com a PF e o MP, há provas de que esquema começava quando eram feitas fraudes no Educacenso (banco de dados do Ministério da Educação e Cultura) para aumentar o número de alunos matriculados nas escolas e, conseqüentemente, os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE), e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

Depois, a prefeitura fraudava licitações e contratava as "empresas-fantasma" participantes do esquema, que não executavam os serviços ou os executavam parcialmente. Depois, os valores recebidos eram rateados entre os envolvidos.

Além disso, há provas de desvios de verbas referentes a supostas construções de estradas vicinais e reformas de escolas. Os laudos criminais apontam que a organização criminosa dava como feitas estradas e reformas que não haviam sido realizadas na prática. Em alguns casos, a quantidade de material utilizado nas obras era modificada.

**OPERAÇÃO ATALEA** - A PF realizou a operação em São Luís e Anajatuba. Os presos foram levados para a sede da Superintendência Regional da PF, na capital maranhense, à exceção de Ednilson e Matilde, que foram levados para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A operação é resultado do trabalho conjunto da PF com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e Controladoria-Geral da União (CGU). O inquérito teria sido instaurado em julho de 2014.

O caso foi destaque na primeira reportagem do quadro "Cadê o dinheiro que estava aqui?", do "Fantástico", da TV Globo, em novembro de 2014. O repórter Eduardo Faustini mostrou que, em 2013, quatro

empresas contratadas pela prefeitura do município receberam juntas R\$ 9 milhões.

De acordo com a PF, os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recurso públicos (Art. 1º do DL 201/67), organização criminosa, fraude em licitações (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, dentro outros crimes, na medida de sua participação.

**JUSTIÇA** - A Promotoria de Justiça de Anajatuba ajuizou, em julho deste ano, ação civil pública por ato de improbidade administrativa pedindo o afastamento liminar e a perda do cargo contra o prefeito Helder Aragão (PMDB), acusado de desviar R\$ 13.914,048,02 dos cofres públicos por meio de fraudes em licitações e contratos.

No mês de agosto de 2015, uma decisão liminar da juíza Mirella Cezar Freitas determina o afastamento imediato, por 180 dias, do prefeito de Anajatuba por suposto ato de improbidade administrativa, como resultado da ação civil pública interposta pela Promotoria da Comarca de Anajatuba.

Em pouco mais de 10 dias, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu a decisão da juíza Mirella Cezar Freitas de afastar por 180 dias o prefeito. O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho determinou o retorno imediato à prefeitura por entender que a permanência do gestor no cargo não prejudica as investigações.

## VILA LUIZÃO

# Sem-teto invadem sede do Sampaio

Moradores protestam contra ação de reintegração de posse na sede do Sampaio Corrêa. O motivo da invasão é a disputa pelo terreno, no qual os moradores afirmam ter direito

Acontece amanhã a ação de reintegração de posse na sede do Sampaio Corrêa, nas proximidades do Turu. Os moradores da Vila Luizão pretendem permanecer no terreno até obter uma resposta por parte do governo. O protesto acontece contra liminar para desocupação da área. Ontem, moradores da Vila Luizão invadiram a sede do Sampaio Corrêa, localizada na Avenida General Artur Carvalho, no Turu. O motivo da invasão é a disputa pelo terreno, no qual os moradores afirmam ter direito.

O problema começou há quase quatro meses, quando parte da área foi invadida na Vila Luizão. Após uma tentativa frustrada de reintegração de posse, os invasores decidiram ocupar os campos de treinos do time maranhense. A manifestação trouxe problemas para o Sampaio, que no momento está impossibilitado de treinar no local. Embora a extensão do terreno seja grande, o Tricolor utiliza somente seis hectares com os campos para os treinos das categorias de base e do time profissional, além do hotel-concentração, sala de imprensa, academia e os departamentos médicos.

O morador da Vila Luizão Lázaro Alves Viera fala o motivo da manifestação e o que esperam por parte do governo. "Nós queremos uma certeza, uma coisa correta, nós temos o documento em mãos,



Revoltados, moradores interditaram o trânsito na Avenida General Arthur Carvalho tocando fogo em pneus

### » Entenda o caso

O problema começou há quatro meses, quando parte da área de 20 hectares foi invadida por moradores da Vila Luizão, na sede do Sampaio Corrêa. Além de a invasão gerar problemas para o time, a disputa pelo terreno no dia 13 de agosto, durante a reintegração de posse, terminou na morte de um jovem de 19 anos, identificado como Fagner Barros dos Santos. O jovem foi assassinado com um tiro na cabeça, disparado por um policial militar. Fagner tinha um terreno na invasão e estava acompanhando a atuação da polícia no local.

que prova que os terrenos foram dados a nós. Aqui é uma área de 30 anos, desabitada, só presta pra desova, estupro, roubo, mortes e acúmulo de lixo. Nós esperamos que o governo se manifeste e que passe a terra que, por direito, é nossa. Até hoje, nunca nos deu um retorno concreto, e pretendemos voltar aqui todos os dias

até termos uma resposta", afirma.

Ainda em entrevista com moradores, a manifestante Maria Conceição de Jesus fala sobre a liminar que os favorecia e acabou sendo revogada pela juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, da 2ª Vara Cível de São José de Ribamar. "Ela nos deu a liminar, nos dando o direito dos terrenos. De repente, ela muda

de ideia e revoga sua decisão. Ela não pode fazer isso. Ela sabe que essa área era só lixo, não habitada. Ela errou e queria que ela reconhecesse, e que o governo se sensibilizasse e suspendesse essa liminar". Segundo informações da assessoria da juíza, "a decisão de revogação foi tomada após a magistrada fazer uma visita ao local, para conferir se eram verdadeiras as informações prestadas pelos ocupantes do terreno, de que a invasão era antiga e de que eles utilizavam a terra para produzir, mas alega que não foi o que ela imaginava". A redação do jornal **O Imparcial** tentou contato com a magistrada Ticiany Gedeon para mais esclarecimentos, mas não obteve respostas.

# Justiça desbloqueia recursos de São Pedro da Água Branca



Ribamar Pinheiro

**Desembargador Lourival Serejo foi o relator do processo**

As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam mandado de segurança ao município de São Pedro da Água Branca, para que o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, repasse os recursos referentes às parcelas finais dos convênios fir-

mados para recuperar estradas vicinais, que ajudarão a fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar.

O repasse foi interrompido em razão de suposta inadimplência do Município junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), situação que foi mantida pelo colegiado até que o prefeito regularize a prestação de contas.

No Mandado de Segurança com pedido de liminar, o município afirmou que os recursos são indispensáveis para conclusão das obras públicas já iniciadas e paralisadas, pleiteando a suspensão da situação de inadimplência para autorização do repasse das últimas parcelas do convênio.

O relator do processo, de-

sembargador Lourival Serejo, salientou que mesmo diante das circunstâncias de inadimplência com a imposição de restrições ao município, deve-se levar em consideração as situações relacionadas às transferências nas áreas de educação, saúde e assistência social, diante da preservação do interesse público nas áreas mais básicas de atuação estatal.

“Impedir que o ente municipal usufrua dos recursos a serem obtidos via convênios para as áreas primárias como educação, saúde e assistência social é obstar o atendimento às necessidades básicas da coletividade, em afronta ao interesse público que sempre deve prevalecer”, frisou.

Quanto à negatização do ente municipal, Serejo confirmou que o município deve ser inscrito nos cadastros de inadimplentes da União, pois descumpriu normas de controle e fiscalização, no que tange ao repasse e à aplicação de verbas federais. (Processo N°. 46071/2014).

(Asscom TJMA)

## **Acusados de matar advogado serão julgados hoje**

**Barra do Corda** – Nesta quarta-feira (21), vão a júri popular José Othon Gonçalves Sobrinho e Norman Gonçalves de Sá, acusados de participação na morte do advogado Almir Silva Neto. A acusação que pesa sobre os réus é a de prática de homicídio triplamente qualificado. A perícia inicial constatou como causas da morte uma perfuração no abdômen e carbonização. A sessão será presidida pelo juiz Antônio Elias Queiroga Filho, titular da 1ª Vara de Barra do Corda. Sobre o caso em questão, consta na denúncia do Ministério Público que a polícia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias que levaram à morte do advogado Almir Silva Neto, cujo corpo foi encontrado carbonizado pela ação do fogo no interior de seu veículo Fiat Uno, cor vermelha, placa HQB, por volta das 23 horas do dia 22 de dezembro de 2008, nas imediações da localidade conhecida como “Baixão da Pedra”, no leito da BR-226, próximo ao bairro Altamira, em Barra do Corda.

# Corregedoria da Justiça regulamenta plantão de servidores do Fórum da Capital

O Judiciário é o único dos três poderes da República que tem o dever de garantir a prestação dos serviços judiciais de forma ininterrupta. Ao final do expediente forense, encerrado às 18 horas dos dias úteis, inicia-se um trabalho que entra pela madrugada em sistema de plantão. Obedecendo a uma rigorosa escala de trabalho, juízes e servidores se revezam para manter o atendimento à população no período noturno, fins de semana e feriados. É justamente o funcionamento desse serviço que a Corregedoria da Justiça aperfeiçoou com a publicação do Provimento 33/2015.

O provimento é resultado de uma solicitação encaminhada à Corregedoria pelo Sindicato dos Servidores (Sindjus), cujo teor buscava a regulamentação do plantão dos servidores que atuam na Justiça de 1º grau. Participaram da elaboração da proposta os oficiais de Justiça Ítalo Augusto Nascimento, Marcus Eduardo Almeida e Josênia Farias, coordenadora da Central de Mandados de São Luís, além da analista Arlinda Reis.

Na prática, além de uniformizar os procedimentos do plantão, a medida beneficia os servidores que dele participarem, já que inova ao ga-

rantir, de forma inédita, folgas compensatórias pelo trabalho fora do expediente forense. Para os que atuarem no plantão noturno, a compensação será de um dia de folga, enquanto aqueles que trabalharem em regime excepcional em período diurno, poderão ter até dois dias de folga como compensação. O novo documento excluiu os analistas do setor psicossocial, em virtude de não haver necessidade desses servidores durante as atividades do plantão.

A diferença entre o plantão diurno e o noturno é que no primeiro caso o regime diferenciado de trabalho tem

início às 08h da manhã e se encerra às 08h do dia posterior. Enquanto o da noite tem início às 18h, encerrando-se às 08h da manhã seguinte. A norma também estabelece o regime de trabalho para os plantões na capital e no interior. Em São Luís as equipes se revezam a cada 03 dias de trabalho, enquanto no interior esse período se estende para uma semana. Em todo caso as equipes são compostas por 01 magistrado, 01 secretário e um oficial. A diferença é que na capital os serviços são divididos pela natureza criminal e cível, exigindo-se duas equipes de plantão, uma para cada área.

## DESVIO DE VERBAS

# POLÍCIA FEDERAL PRENDE PREFEITO DE ANAJATUBA



A Polícia Federal iniciou na manhã desta terça-feira (20) uma operação para cumprir oito mandados de prisão, um de condução coercitiva e três mandados de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão em São Luís e Anajatuba (MA). Entre os detidos, está o prefeito de Anajatuba (MA), Helder Lopes Aragão (PMDB), o empresário Fabiano Bezerra e mais duas pessoas de nomes não divulgados. **Página 3**

# PF prende prefeito de Anajatuba por suspeita de desvio de verbas

A Polícia Federal iniciou na manhã desta terça-feira (20) uma operação para cumprir oito mandados de prisão, um de condução coercitiva e três mandados de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão em São Luís e Anajatuba (MA). Entre os detidos, está o prefeito de Anajatuba (MA), Helder Lopes Aragão (PMDB), o empresário Fabiano Bezerra e mais duas pessoas de nomes não divulgados. Todos foram levados para a sede da Superintendência Regional da PF, no bairro da Cohama, em São Luís (MA).

A Operação Attalea é resultado de um trabalho conjunto da PF com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e Controladoria-Geral da União (CGU). O inquérito foi instaurado em julho de 2014. Em novembro do mesmo ano, o caso foi destaque na primeira reportagem do quadro 'Cadê o dinheiro que estava aqui?', do 'Fantástico', da TV Globo. O repórter Eduardo Faustini mostrou

que, em 2013, quatro empresas contratadas pela prefeitura do município – de 25,2 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizado a 130 km de distância da capital – receberam juntas R\$ 9 milhões. O dinheiro foi desviado, e quem descobriu a falcatura foi o vice-prefeito, Sydnei Costa Pereira.

O objetivo da operação era desarticular a quadrilha que atuava fraudando processos licitatórios e desviando recursos públicos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A PF também investiga fraudes no Educacenso (banco de dados do Ministério da Educação e Cultura), utilizando-se a organização criminosa do cadastro do programa Bolsa-Família, do governo federal, na tentativa de aumentar o número de alunos matriculados nas escolas e, conseqüentemente, os repasses do Fundeb e do

FNDE ao município.

De acordo com a PF, os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recurso públicos (Art. 1º do DL 201/67), organização criminosa, fraude em licitações (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, dentro outros crimes, na medida de sua participação.

## Afastamento

Em julho deste ano, a Promotoria de Justiça de Anajatuba ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa pedindo o afastamento liminar e a perda do cargo contra o prefeito Helder Aragão (PMDB), acusado de desviar R\$ 13.914,048,02 dos cofres públicos por meio de fraudes em licitações e contratos.

No mês de agosto de 2015, uma decisão liminar da juíza Mirella Cezar Freitas determina o afastamento imediato, por 180 dias, do prefeito de Anajatuba por suposto ato de improbidade administrativa, como resultado da ação civil pública interposta

pela Promotoria da Comarca de Anajatuba.

Em pouco mais de 10 dias, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu a decisão da juíza Mirella Cezar Freitas de afastar por 180 dias o prefeito. O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho determinou o retorno imediato à prefeitura por entender que a permanência do gestor no cargo não prejudica a investigação do caso.

## Esquema

De acordo com o MP-MA, há indícios que as empresas que seriam de 'fachada', entre elas a A4 Entretenimento, M.R. Comércio e Serviços, Vieira e Bezerra Ltda. e a Construtora Construir. Segundo a ação civil pública, não foram obedecidos dispositivos legais para realização das licitações.

Para atingir o objetivo, esclarece o MP-MA, o grupo montou dois núcleos de atuação. Uma das empresas vencedoras teria sido criada 17 dias antes de vencer a concorrência pública para administrar uma verba de R\$ 865 mil da prefeitura.

# Corregedoria regulamenta plantão de servidores do Fórum da Capital

O Judiciário é o único dos três poderes da República que tem o dever de garantir a prestação de seus serviços de forma ininterrupta. Ao final do expediente forense, encerrado às 18 horas dos dias úteis, inicia-se um trabalho que entra pela madrugada em sistema de plantão. Obedecendo a uma rigorosa escala de trabalho, juízes e servidores se revezam para manter o atendimento à população no período noturno, fins de semana e feriados. É justamente o funcionamento desse serviço que a Corregedoria da Justiça aperfeiçoou com a publicação do Provimento 33/2015.

O provimento é resultado de uma solicitação encaminhada à Corregedoria pelo Sindicato dos Servidores (Sindjus), cujo teor buscava a regulamentação do plantão dos servidores que atuam na Justiça de 1º grau. Participaram da elaboração da proposta os oficiais de Justiça Ítalo Augusto Nascimento, Marcus Eduardo Almeida e Josênia Farias, coordenadora da Central de Mandados de São Luís, além da analista Arlinda Reis.

Na prática, além de uniformizar os procedimentos

do plantão, a medida beneficia os servidores que dele participarem, já que inova ao garantir, de forma inédita, folgas compensatórias pelo trabalho fora do expediente forense. Para os que atuarem no plantão noturno, a compensação será de um dia de folga, enquanto aqueles que trabalharem em regime excepcional em período diurno, poderão ter até dois dias de folga como compensação. O novo documento excluiu os analistas do setor psicossocial, em virtude de não haver necessidade desses servidores durante as atividades do plantão.

Outra alteração importante do plantão foi a exclusão de servidores ligados ao setor Psicossocial do Fórum. Isso porque, de acordo com o estudo, se verificou a ausência de necessidade de psicólogos ou assistentes sociais nas atividades desenvolvidas fora do horário forense, conforme afirma a assistente social Maria Arlinda Reis. Para ela, a participação em plantão não é atribuição do cargo, assim como a busca e apreensão de pessoas, ainda que em situação de vulnerabilidade social.

## Justiça desbloqueia recursos destinados a convênios de São Pedro da Água Branca

As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam mandado de segurança ao município de São Pedro da Água Branca, para que o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, repasse os recursos referentes às parcelas finais dos convênios firmados para recuperar estradas vicinais, que ajudarão a fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar.

O repasse foi interrompido em razão de suposta inadimplência do Município junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), situação que foi mantida pelo colegiado até que o prefeito regularize a prestação de contas.

No Mandado de Segurança com pedido de liminar, o município afirmou que os recursos são indispensáveis para conclusão das obras públicas já iniciadas e paralisadas, pleiteando a suspensão da situação de inadimplência para autorização do repasse das últimas parcelas do convênio.

O relator do processo, desembargador Lourival Serejo, salientou que mesmo diante das circunstâncias de inadimplência com a imposição de restrições ao município, deve-se levar em consideração as situações relacionadas às transferências nas áreas de educação, saúde e assistência social, diante da preservação do interesse público nas áreas mais básicas de atuação estatal.



O prefeito Hélder Aragão e o secretário de Administração, Edinilson Dutra: presos na Operação da Polícia Federal.

**Operação Attalea**  
**Mais um prefeito**  
**maranhense**  
**é preso por**  
**desvio de**  
**recursos**

**PAG. 1 [C2]**

## Operação Attalea

# Prefeito de Anajatuba é preso pela PF por desvio de recursos da Educação

*O empresário Fabiano de Carvalho Bezerra, dono de 'empresas de fachada' que atuavam na prefeitura, e sua ex-namorada também foram presos*

Fotos: Divulgação



O prefeito Hélder Aragão e o secretário de Administração, Edinilson Dutra: presos na Operação da Polícia Federal

### OSWALDO VIVIANI E LUCIENE VIEIRA

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nas primeiras horas da manhã de ontem (20), a Operação Attalea, de combate a desvios de recursos públicos da Educação no município de Anajatuba (a 141 quilômetros de São Luís), que podem chegar ao montante de R\$ 15 milhões, segundo os investigadores. O prefeito Hélder Lopes Aragão (PMDB), de 55 anos, foi preso em São Luís. A operação contou também com o apoio do Ministério Público Federal e do Estadual, além da Controladoria-Geral da

coletiva na sede da Polícia Federal, que o esquema desvendado estava sendo operacionalizado pelo menos em outros 30 municípios, além de Anajatuba. No total, as empresas atuaram para desviar, segundo do Ministério Público, mais de R\$ 60 milhões nessas cidades. Marco Aurélio adiantou que as informações já colhidas ao longo da investigação devem embasar novas operações da PF no estado.

### EX-DEPUTADO

O ex-deputado Antonio Carlos Braide foi envolvido na investigação da Operação Attalea

Básica (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da contratação de 'empresas de fachada'. Entre os investigados estão o atual prefeito, secretários municipais, servidores da prefeitura e empresários". De acordo com a PF, as investigações tiveram início em 2014 e constataram que tanto as fraudes nos procedimentos licitatórios como o pagamento de valores só eram possíveis mediante a corrupção de membros da Comissão Permanente de Licitação da prefeitura, de secretários municipais e do próprio prefeito.

ação civil pública por ato de improbidade administrativa, pedindo o afastamento liminar e a perda do cargo do prefeito Hélder Aragão, acusado de desviar R\$ 13,9 milhões dos cofres públicos por meio de fraudes em licitações e contratos. Em agosto, uma decisão liminar da juíza Mirella Cezar Freitas determinou o afastamento imediato do prefeito, por 180 dias, por suposto ato de improbidade administrativa, como resultado da ação civil pública interposta pela Promotoria de Anajatuba. Dez dias depois, o Tribunal de

União (CGU).

Os policiais federais – chefiados pelo delegado Ronildo Rebelo Lages da Silveira – saíram às ruas para cumprir, no total, 8 mandados de prisão preventiva, uma condução coercitiva e três mandados de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, em Anajatuba e em São Luís. Todos os mandados foram emitidos Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de Brasília. Foram presos também o empresário Fabiano de Carvalho e Natascha Alves, Alida Mendes Santos de Sousa (secretária de Educação), Matilde Coqueiro, Antonio José Vieira e José Antonio Machado de Brito Filho.

De acordo com a investigação, foi comprovado que Hélder Aragão recebeu valores ilícitos – mais de R\$ 4 milhões – diretamente em sua conta bancária.

O promotor Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gacco), informou, durante entrevista

como financiador, segundo o promotor Marco Aurélio, do Gacco. No entanto, Braide não teve sua prisão pedida à Justiça Federal, como os demais investigados, e sim à Estadual (TJ-MA), que negou.

#### **OUTROS DETIDOS**

O JP igualmente apurou que o vereador Edmilson dos Santos Dutra (PSDB), 52 anos, que é secretário da Administração e Finanças de Anajatuba, e Francisco Marconi Ferreira Machado, presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do município também foram presos. Todos os detidos foram levados à sede da Superintendência Regional da PF, no bairro da Cohama, em São Luís.

#### **FRAUDES**

Segundo a PF, a operação teve o objetivo de “desarticular uma quadrilha que atuava na prefeitura de Anajatuba/MA, fraudando processos licitatórios e desviando recursos públicos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fraudes no Educacenso (banco de dados do Ministério da Educação e Cultura) também estão sendo investigadas pela operação da PF, por envolver cadastros do Programa Bolsa Família, na tentativa de aumentar o número de alunos “matriculados” nas escolas e, conseqüentemente, os repasses do Fundeb e do FNDE ao município de Anajatuba.

Os envolvidos responderão pelos crimes de desvio de recursos públicos (art. 1º do DL 201/67), organização criminosa, fraude em licitações (art. 90 da lei 8666/93), lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e passiva, entre outros crimes, na medida de sua participação.

O nome da operação da PF, Attalea, é referente à palmeira “Attalea Maripa”, cujo fruto é o anajá. Anajatuba vem do nome indígena “abundância de anajás”, por ser uma planta comum no município.

#### **AFASTAMENTO**

Em julho passado, a Promotoria de Justiça de Anajatuba ajuizou

Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu a decisão da magistrada. O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho determinou o retorno imediato de Hélder Aragão à prefeitura por entender que a permanência do gestor no cargo não prejudicaria a investigação do caso.

#### **27 DENUNCIADOS**

Ao investigar o esquema em Anajatuba, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) descobriu os crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, entre outros. Além do prefeito, outras 26 pessoas foram denunciadas pelo MP, a partir das investigações do Gacco, do MPMA. O coordenador do Gacco, promotor Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, afirmou que o esquema que funcionava em Anajatuba é “idêntico ao descoberto em Bom Jardim”, que resultou na prisão da então prefeita Lidianc Leite da Silva, em setembro.

# Ocupantes de área vizinha ao CT do Sampaio protestam com bloqueio de rua

**PAG. 5 [C1]**

# Ocupantes de área vizinha ao CT do Sampaio protestam com bloqueio de rua

LUCIENE VIEIRA

Ocupantes de uma área vizinha ao Centro de Treinamento (CT) do Sampaio Corrêa, na Rua General Artur Carvalho, no Turu, bloquearam os dois sentidos da via, na manhã de ontem (20).

O protesto – realizado com fogo em pneus e pedaços de galhos – foi contra uma reintegração de posse da área, que deve ser realizada hoje (21). Uma tentativa de reintegração, feita pela Polícia Militar no dia 13 de agosto passado, resultou na morte do jovem Fagner Barros dos Santos, de 19 anos, atingido com um tiro na cabeça, supostamente disparado por um PM.

O protesto de ontem começou por volta das 6h. Três horas depois, o Batalhão de Choque conteve os manifestantes usando gás lacrimogêneo, e conseguiu desbloquear a via.

A reintegração de posse marcada para hoje foi determinada pela juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, da 2ª Vara Cível de São José de Ribamar.

Segundo informações da líder



G. Ferreira

Batalhão de Choque foi ao local do protesto e garantiu o desbloqueio da via

comunitária Concita de Jesus, mais de 800 famílias ocupam o terreno, invadido em julho deste ano.

Ainda segundo os moradores, a mesma juíza teria intimado, no dia 9 de outubro, o governo do Estado a "promover o acesso a moradia,

procedendo o cadastramento e investigação acerca da real situação dos ocupantes".

Os ocupantes prometem uma nova manifestação hoje, durante a reintegração de posse. O presidente do Sampaio Corrêa,

deputado estadual Sérgio Frota (PSDB), disse que a área ocupada pertence ao clube, mas, na reintegração de posse, a empresa Hispamix Brasil Investimentos Ltda consta como proprietária do terreno.